



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Matheus Pereira Campos

**Agricultura familiar: um estudo de caso realizado na Superintendência de Agricultura
Familiar em um município de Formosa-GO**

PLANALTINA-DF

2018

Matheus Pereira Campos

Agricultura familiar: um estudo de caso realizado na Superintendência de Agricultura Familiar em um município de Formosa-GO

Relatório final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio submetido à Faculdade UnB Planaltina, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana de Oliveira Miranda.

PLANALTINA-DF

2018

À família, principalmente, pois é à base de um homem, tendo como pilar um senhor chamado Antônio Rocha camelo, que trabalha desde pequeno para suprir as necessidades da vida, compôs uma família com 11 filhos, e através do trabalho duro e muita disposição e suor conseguiu colocar comida na mesa de casa, se mudando de Cerra Dourada-BA para Formosa-GO na década de 90, assim, se tornando um assentado da reforma agrária, com uma terra no Projeto de Assentamento Piratininga área Rural de Formosa-GO, começou produzindo o básico para sua alimentação e, assim, dando continuidade até quando não dava mais conta, passando a sua herança para seus filhos, um deles seu Edmilson Campos Camelo, meu pai que para mim é meu herói, que sempre trabalhou de todas as formas para dar tudo do bom e do melhor para mim e para minha mãe e minha irmã e me inspira todos os dias a ser melhor e mais parecido com ele na sua dedicação e facilidade para lidar com as pessoas e, na maioria das vezes, sempre sabe o que é melhor a ser dito. A dona Susana Pereira que sempre me deu todo o suporte, carinho e amizade que eu sempre precisei, minha irmã que faz eu sempre ser melhor, pois dizendo ela quer ser como eu, então preciso ser bom e minha namorada que está comigo em todos os momentos bons ou ruins. Desde já, agradeço a Deus por ter me colocado em uma família fantástica como essa. Sinto muito honrado!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e ter me colocado nesse caminho, fazendo com que eu conhecesse a realidade a fundo das pessoas que moram na zona rural e que são realmente guerreiros.

A Universidade de Brasília, principalmente ao corpo docente da FUP- Faculdade UnB Planaltina, direção e administração que me acolheram e me auxiliaram desde o primeiro dia dentro da universidade, me mostraram que com disciplina e dedicação posso alcançar meus objetivos.

Segue agradecendo minha orientadora Luciana de Oliveira Miranda, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, fazendo se dedicar em momentos de descanso, pelas suas correções (que não foram poucas) e incentivos de que seguindo o plano daria certo.

Aos meus pais, que me deram ótimas condições de estudo, sempre me deixaram priorizar a faculdade e facilitaram assim o processo de aprendizado, me ajudaram financeiramente que foi um dos pontos principais por conta das vagas horas de aula, minhas mães por me esperar altas horas da noite até chegar das aulas por estudar em Planaltina e morar na Samambaia que fica a 70 km de distância, por todo o incentivo e apoio incondicional.

A minha namorada Carla Naiane Brito Santana, que aguentou meu estresse durante a elaboração desse trabalho e que aguentou toda essa fase ao meu lado me apoiando e me incentivando para conseguir alcançar meu objetivo.

Agradecer meus avós que sempre me deram ótimos conselhos e principalmente meu avô que é assentado da reforma agrária e foi o primeiro a me mostrar a difícil realidade vivia por eles.

Gostaria de agradecer a minha chefe, Kelly Cristina Costa que me ensinou como ser competente em meio a tanta dificuldade e falta de recursos e promover um serviço de extrema competência e qualidade, aos companheiros de trabalho Adalto Nascimento e Antônio de Castro que me ensinaram como lidar com os assentados e como entender o que eles querem fazendo uma análise da situação em que se encontram.

Ao bibliotecário Rafael Barcelos por todo o apoio para a realização da pesquisa.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“O que prevemos raramente ocorre; o que menos esperamos geralmente acontece.”

Benjamin Disraeli

RESUMO

O presente relatório científico aborda a importância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Formosa-GO. Por meio do referencial teórico adotado, apresenta a história da agricultura familiar; as agriculturas familiares na forma da lei e as suas premissas; a gestão pública e as políticas públicas. A pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, busca um melhor entendimento sobre os assentados da reforma agrária que se beneficiam dos serviços prestados pela superintendência de agricultura familiar no município de Formosa-GO. Para tanto, utiliza a entrevista como instrumento de pesquisa para o levantamento e a discussão dos dados obtidos. Demonstra que a superintendência possui um papel fundamental de ATER, possibilitando que os produtores possam produzir de forma mais consciente e sustentável, além de destacar a relevância das políticas públicas na autonomia e segurança dos produtores. Conclui que as leis, as chamadas públicas, os programas, as parcerias e as demais ações são imprescindíveis para a valorização dos assentados que passam por inúmeros problemas que devem ser solucionados.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Superintendência de Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This scientific report addresses the importance of public policies for the strengthening of family agriculture in the municipality of Formosa-GO. Through the theoretical framework adopted, it presents the history of family agriculture; family farming in the form of the law and its premises; public management and public policies. The research of a qualitative and exploratory nature, seeks a better understanding of the agrarian reform settlers who benefit from the services rendered by the family agriculture superintendence in the city of Formosa-GO. To do so, it uses the interview as a research tool to collect and discuss the data obtained. It shows that the superintendence has a fundamental role of ATER, allowing producers to produce in a more conscious and sustainable way, besides highlighting the relevance of public policies in the autonomy and safety of producers. It concludes that laws, public calls, programs, partnerships and other actions are essential for the valuation of the settlers who go through numerous problems that must be solved.

Keywords: Family Agriculture. Public policy. Superintendency of family agriculture.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivos	9
Objetivo Geral	9
Objetivos específicos.....	9
II - REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 História da agricultura familiar	10
2.2 Agriculturas familiares na forma da lei e suas premissas.....	11
2.3 Gestão pública.....	11
2.4 Políticas públicas.....	12
III - METODOLOGIA	14
3.1 Método de pesquisa.....	14
3.2 Tipo de pesquisa.....	15
3.3 Técnica de pesquisa.....	16
IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	18
4.1 Caracterização da instituição.....	18
4.2 informações obtidas da entrevista	20
4.3 Análise da Superintendência de Agricultura Familiar	24
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado aos assentados	29

I - INTRODUÇÃO

O Brasil é uma República Federativa, constituído pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Constitui-se em Estado Democrático de Direito. O presente estudo realizou-se na prefeitura da cidade de Formosa-GO, localizada no estado de Goiás, sendo dividida em secretarias. Uma delas é a SAEMA (Secretaria de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente), que possui em sua estrutura a superintendência de agricultura familiar cuja competência é promover a participação dos empreendimentos da agricultura familiar em feiras livres, o que tem sido uma das principais estratégias da Secretaria Especial de Agricultura Familiar para criar as oportunidades de geração de renda e agregar valor à produção. Logo, verifica-se que essa atuação pode ser considerada como uma ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), visando orientar e auxiliar a produção de forma organizada para que agregue e proporcione, cada vez mais, os benefícios necessários ao pequeno produtor. Conseqüentemente, ele obterá mais conhecimentos para produzir com maior rapidez, praticidade e qualidade.

Para que isso ocorra, a superintendência busca obter novos recursos vindos do próprio governo junto a órgãos mais preparados, que se disponibilizam a oferecer cursos e visitas técnicas. Desse modo, constata-se que os esforços são direcionados para que haja um maior interesse e melhora na profissionalização da produção, bem como em aumentar a perspectiva de participação de novas chamadas públicas e, conseqüentemente, suprir a necessidade do Estado. Salienta-se que algumas das licitações têm como prioridade o produtor da região, desencadeando a necessidade de maiores investimentos para incentivar os moradores a produzir e a se profissionalizar.

Diante dessa conjuntura, torna-se imprescindível a especificação da função de cada funcionário da superintendência e qual o objetivo dela em prol da sociedade. Acrescenta-se, também, a busca pelos produtores da zona rural, recebendo os mesmos na secretária para que todos se sintam bem como o atendimento prestado. Dessa forma, viabiliza-se a promoção do nome da prefeitura, o trabalho desenvolvido e os valores de seus funcionários, valorizando, sempre, o morador da zona rural que precisa de todo o auxílio possível.

Sendo assim, o presente relatório científico apresenta os seguintes objetivos:

1.1 Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar a Superintendência de Agricultura Familiar, tendo como base as necessidades dos assentados em um município de Formosa-GO.

Objetivos específicos:

Verificar a história da agricultura familiar, a legislação, a gestão e as políticas públicas pertinentes à temática, a partir do referencial teórico adotado.

Descrever a estrutura organizacional da Superintendência de Agricultura Familiar, a fim de apresentar a sua dinâmica de funcionamento.

Identificar as necessidades dos assentados que se beneficiam dos serviços oferecidos pela Superintendência de Agricultura Familiar.

A seção seguinte abordará o referencial teórico adotado para o desenvolvimento e a consecução da presente pesquisa.

II - REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto deste presente relatório, torna-se necessária uma maior compreensão dos conceitos primordiais que serão abordados na pesquisa, tais como: o entendimento de agricultura familiar; de gestão pública e de políticas públicas.

2.1 História da agricultura familiar

Guimarães (1977) comenta que os índios brasileiros da época do descobrimento, nas mais diversas regiões, praticavam uma agricultura rudimentar nos períodos de sedentariedade, que se alternavam com os de nomadismo. Já os cultivos agrícolas dos Tupis brasileiros, eram realizados em grandes roçados na mata, os quais contribuía na superação da carência alimentar a que estavam sujeitos os povos pré-agrícolas, pois, com a prática agrícola, se assegurava fartura e diversidade alimentar durante todo o ano (RIBEIRO, 2006).

Em acréscimo, Altafin (2007) aponta que a grande propriedade voltada à monocultura de exportação sempre recebeu estímulos e garantias dos governantes, todavia formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno eram colocadas à margem das políticas públicas do Estado.

Martins (1983), por seu turno, enfatiza que o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante, com uma história de perambulação, uma história de migrações, no qual o deslocamento dos pequenos proprietários é determinado pelo avanço do capital sobre a terra.

Acrescentamos que, segundo Oliveira (1991), no campo brasileiro, junto com o processo de desenvolvimento capitalista, tem-se a presença das relações de trabalho não capitalistas, a ponto de o próprio capital poder lançar mão das relações de trabalho e produção não capitalistas (parceria familiar) para produzir o capital. Altafin (2007), ao apresentar a situação do surgimento e crescimento das vilas e povoações no Brasil, relata que com o aumento da demanda por alimentos, a produção agrícola à margem dos grandes engenhos representava uma importante atividade produtiva, mesmo estando sujeitos estes produtores ao pagamento a quem detinha o domínio sobre a terra (degradada ou em áreas remotas).

Como podemos observar, o homem busca meios para se alimentar desde os tempos remotos. Com o transcorrer do tempo, ele continuou evoluindo e buscou novas formas de produção em diferentes culturas, mas com as mesmas finalidades: produzir em grupos ou em base familiar para a sua sobrevivência. Como resultado, obteve vários cultivos de diversos

produtos para a alimentação, com a percepção que dava para aumentar a produção e transformá-la em um negócio lucrativo que estava começando a se desenvolver.

Diante desse contexto, percebeu-se que produzir apenas uma cultura faria com que a comercialização gerasse dinheiro e, com isso, viabilizaria a compra de outros produtos para suprir essa necessidade, trazendo à tona o surgimento da nomenclatura agricultura familiar.

2.2 Agriculturas familiares na forma da lei e suas premissas

Como citado, no cenário político-jurídico, a Lei 11.326/2006 instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar. De acordo com o seu artigo 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: não deter, a qualquer título, área maior de que quatro módulos fiscais (contudo, uma propriedade que em seu interior for designada para a agricultura e pecuária for explorada apenas por mão de obra familiar ou vendas para o estado, insere-se no âmbito dos requisitos); ter percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento, ou seja, renda vinda do comércio de produtos produzidos na área e, minimamente, processado na mesma, e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família e assistência técnica em meio a ATER e a outros mecanismos concedidos pelo estado de forma gratuita.

A Lei faz com que o pequeno produtor tenha a sensação de segurança, fazendo com que ele tenha seu espaço para comercializar o seu produto, sabendo que o governo disponibiliza mais mecanismos de sobrevivência, por meio de políticas públicas e assistência técnica.

2.3 Gestão pública

De acordo com Malmegrin (2010), a gestão refere-se a um conjunto de princípios, normas e funções com a finalidade de ordenar os fatores de produção e controlar a produtividade e a eficiência para obter determinado resultado.

A proposta de uma gestão pública, segundo Lima (2006), se baseia na excelência de valores e de resultados. O ganho social é de extrema importância e alcança o topo em uma pirâmide de prioridade, pois “cria valor público para o cidadão” (LIMA, 2006 p. 8). Nesse prisma, defendemos que “a gestão pública é focada em resultados e orientada para o cidadão” (LIMA, 2006, p. 8).

A melhoria da qualidade ofertada pelos serviços públicos também é de responsabilidade da gestão pública que deve sempre estar elencada para uma “devida contribuição à competitividade do país” (LIMA, 2006 p. 8).

Acrescenta-se que a gestão pública compreende o conjunto dessas boas práticas, bem como os mecanismos adotados pelos investidores de outros setores, incluindo os impostos pagos pelos cidadãos. Não obstante, o fato é que todos anseiam por um setor público eficiente, ágil e de qualidade. Para tanto, torna-se fundamental reconhecer os problemas da cidade e procurar resolvê-los por meio de uma excelente gestão que prioriza a qualidade.

2.4 Políticas públicas

A partir dos anos de 1990, segundo Teodoro et al. (2005), houve um crescente incentivo à agricultura familiar, devido à sua importância para o desenvolvimento sustentável nacional, em decorrência do êxodo rural existente neste período e pelo motivo que as cidades não conseguiam absorver a mão de obra vinda da agricultura. Este incentivo e interesse materializaram-se em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados e por instituições.

No ano de 1996, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), concretizado por meio do Decreto nº 1.946 em 28 de junho de 1996, que instituiu o crédito rural facilitado para pequenos produtores, simplificando, assim, a aquisição de equipamentos mais sofisticados e melhores meios de produção, a fim de prover uma melhor qualidade de vida e maior competitividade de mercado a estes produtores (BRASIL, 1996).

Então, como metodologia para esta pesquisa, adotou-se uma análise qualitativa e de caráter exploratório por meio da consulta ao site do órgão mantenedor do PRONAF, observando e analisando os métodos de busca e recuperação dos dados sobre crédito rural do PRONAF, viabilizando o cumprimento dos objetivos delineados neste trabalho.

Uma década após a criação do PRONAF, instituiu-se a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, que define este segmento e estabelece as diretrizes para a formulação de políticas para o setor. Em seu art. 3º, a Lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no

meio rural que atendem, simultaneamente, os seguintes requisitos: não tenha propriedade com área maior que quatro módulos fiscais; utilize, predominantemente, a mão de obra da própria família nas atividades em seu estabelecimento; tenha renda familiar, predominantemente, originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e dirija seu estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar cresce por meio de políticas capazes de agregar valor, como forma de incentivar os produtores a produzir e a comprar implementos, além de facilitar o processo de produção e recuperação da terra, transformando o processo de produção e comercialização em algo constante no âmbito das licitações que ocorrem anualmente.

III - METODOLOGIA

Esta seção aborda os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento e na consecução deste relatório científico. Para tanto, é de suma importância dispor de uma ferramenta e/ou um método para avaliar e buscar as informações; ser construtivo e benéfico e apresentar o conhecimento necessário sobre a forma de abordagem para a concretização da pesquisa.

O domínio da estratégia de pesquisa facilita o processo de busca de dados, sendo essencial para o desenvolvimento deste trabalho (SANTOS; SIMEÃO; NASCIMENTO, 2016). Para tanto, utilizou-se de táticas diferentes e interligadas, a fim de coletar informações da prefeitura de Formosa/GO e das necessidades dos moradores da zona rural. É mister mencionar que os métodos, por mais que sejam distintos, estavam interligados, colaborando para a conexão de informações.

3.1 Método de pesquisa

Para a obtenção dos dados de análise referentes à Superintendência de Agricultura Familiar, utilizou-se o método de estudo de caso. De acordo com Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Esse método é adequado nos casos em que a pesquisa busca relacionar vários aspectos de um mesmo fenômeno ou objeto (YIN, 2005). Para tanto, a presente investigação concentrou no levantamento dos dados referentes à dinâmica de funcionamento da Superintendência de Agricultura Familiar, tendo como base as necessidades dos assentados (produtores e potenciais produtores) do município de Formosa-GO.

Como instrumento de pesquisa, empregou-se a entrevista semiestruturada. Segundo Triviños (2006), a entrevista semiestruturada é um instrumento que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses de interesse da investigação, que oferecem amplo campo de interrogativas, ou seja, as entrevistas podem ser mais ou menos dirigidas, podendo abordar livremente a temática proposta ou seguir perguntas previamente elaboradas. Desse modo, a entrevista semiestruturada foi conduzida conforme o roteiro de entrevista formulado (**APÊNDICE A**), visto que a flexibilidade desse instrumento de pesquisa viabilizou a obtenção da maior quantidade de dados possíveis junto a 15 assentados (produtores e potenciais produtores) de um município de Formosa-GO, que se beneficiam do serviço prestado pela Superintendência de Agricultura Familiar.

Logo, a entrevista semiestruturada é uma parte crucial do trabalho para aprofundar a análise dos dados referentes a esses 15 assentados. Consequentemente, esses dados obtidos

visam contribuir no âmbito da prestação dos serviços oferecidos pela Superintendência de Agricultura Familiar em um município de Formosa-GO, tendo como base o aprimoramento do rendimento da produção e o escoamento dos produtos para o desenvolvimento da sociedade. Partimos do pressuposto de que a qualidade dos serviços prestados pela Superintendência de Agricultura Familiar depende da compreensão das necessidades e dos desejos dos assentados.

Diante dessa conjuntura, o objeto de pesquisa concentrou na ambiência da Superintendência de Agricultura Familiar, localizada em um Município de Formosa-GO. O universo da pesquisa é composto pelos assentados (produtores e potenciais produtores), que se beneficiam dos serviços relacionados. A amostra é formada pelos 15 assentados entrevistados de forma aleatória, que estavam presentes no instante de realização desta pesquisa.

3.2 Tipo de pesquisa

De acordo com Gil (2008), qualquer classificação de pesquisa deve seguir algum critério. Se utilizarmos o objetivo geral como critério, teremos três grupos de pesquisa: pesquisas exploratórias; pesquisas descritivas e pesquisas explicativas. Para o estudo na Superintendência de Agricultura Familiar, utilizou-se a pesquisa exploratória, pois visa identificar a maior quantidade de informações, sobretudo pela escassez de documentos científicos publicados sobre essa ambiência.

A informação obtida com a utilização da pesquisa exploratória foi necessária para o entendimento e a transmissão das informações recolhidas. Esta pesquisa visa orientar o andamento do estudo, pois com esta técnica, a pesquisa obtém um maior número de informações. Cada informação obtida por essa ferramenta auxilia, ainda mais, o entendimento real de como a Superintendência de Agricultura Familiar se encontra.

Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas.

A pesquisa exploratória é essencial para o desenvolvimento do presente estudo, pois busca compreender as informações obtidas no âmbito da Superintendência de Agricultura Familiar. Para os fins de delimitação desta pesquisa, concentra-se na relevância dessa

organização em saber sobre as maiores necessidades dos assentados e, conseqüentemente, organizar de maneira adequada as informações obtidas no decorrer do trabalho.

3.3 Técnica de pesquisa

Para iniciar o planejamento da coleta de dados, o pesquisador elaborou um roteiro de entrevista (**APÊNDICE A**), no dia 10 de setembro de 2018, na Universidade de Brasília, campus Planaltina-DF, a ser aplicado com os assentados, que contam com o auxílio da Superintendência de Agricultura Familiar, localizada em um município de Formosa-GO.

No roteiro de entrevista, as perguntas buscavam responder as seguintes indagações sobre esses assentados: o que havia de produção; se a mão de obra era composta apenas por familiares; quais eram as maiores dificuldades enfrentadas; se havia a participação em alguma política pública e, em caso negativo, qual teria a maior vontade de participar.

Diante do universo de assentados (produtores e potenciais produtores) que se beneficiam dos serviços oferecidos pela Superintendência de Agricultura Familiar, localizada em um município de Formosa-GO, obteve-se uma amostra acidental e voluntária de 15 assentados. De acordo com Laville e Dionne (1999), uma amostra acidental é aquela quando os sujeitos não terão a oportunidade de serem selecionados, ao passo que outros serão incluídos em razão da facilidade de acesso no momento da coleta de dados. Esse tipo de amostra pode, ainda, ser combinada com outro tipo de amostra denominada de voluntária, requerendo a anuência dos assentados para participar da pesquisa. À título de esclarecimento, reforçamos que os 15 assentados resolveram participar da entrevista e contribuir para o desenvolvimento deste relatório científico. Para manter a confidencialidade desses 15 assentados, eles não serão identificados na pesquisa. Sendo assim, somente os dados obtidos serão explanados.

Conforme descrito, a entrevista foi realizada, aleatoriamente, com os 15 assentados que estavam presentes no momento da coleta dos dados na ambiência da Superintendência de Agricultura Familiar e que se beneficiam dos serviços relacionados. Ressalta-se que dentre esses 15 assentados, há produtores efetivos e produtores potenciais. O roteiro de entrevista aplicado permitiu anotar os dados levantados junto a esses 15 assentados, principalmente devido à flexibilidade proporcionada pela entrevista semiestruturada. A organização e a análise dos dados coletados foram feitas a partir de uma planilha criada no *software* Office Excel 2007. Esse programa permitiu a geração dos gráficos referentes às respostas obtidas.

Diante do processo de organização e análise dos dados obtidos, a seção subsequente trata da discussão dos resultados da pesquisa realizada, partindo-se do pressuposto de que a Superintendência de Agricultura Familiar deve buscar recursos para melhor servir a população carente e, assim, ter a base estrutural das suas demandas.

IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e discute os dados levantados no âmbito da Superintendência de Agricultura Familiar, localizada no endereço av. Valeriano de castro, 1.131 – Setor Nordeste, CEP 73.807-180, na cidade de Formosa-GO. Para tanto, em uma perspectiva holística, a próxima subseção trata da Secretaria Municipal de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente.

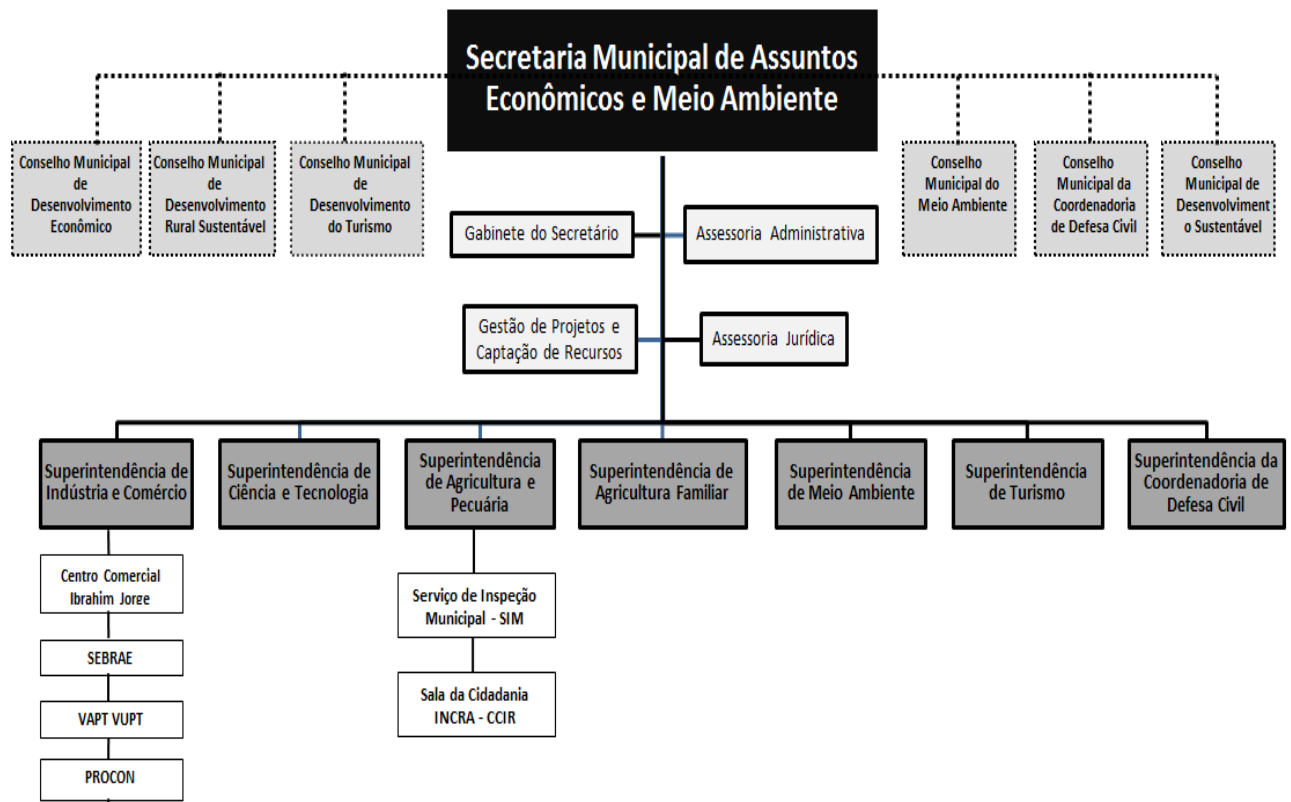
4.1 Caracterização da instituição

A Secretaria Municipal de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente foi instituída no atual mandato do prefeito Ernesto Roller, em 01 de janeiro de 2016, e se encontra na av. Valeriano de Castro, 1.131 – Setor Nordeste, CEP 73.807-180, na cidade de Formosa-GO.

A estrutura está dividida em Conselhos Municipais de Desenvolvimento Econômico, Rural e Sustentável; do Turismo; do Meio Ambiente e da Coordenadoria da Defesa Civil e Sustentável. Em seguida, as diretrizes foram divididas em Superintendência de Indústria e Comércio que tem, em sua competência, o centro comercial Ibraim Jorge, o SEBRAE, a VAPT e o PROCON. A Ciência, Tecnologia, Agricultura e Pecuária, que tem em sua competência, o SIM (serviço de inspeção municipal), a Sala da Cidadania CCIR e INCRA, a Agricultura Familiar, o Meio Ambiente, o Turismo e a Defesa civil. Esclarecemos que são essas as Superintendências que abrangem a prefeitura de Formosa-GO.

De acordo com a **Figura 1**, é possível observar o organograma da Secretaria Municipal de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente. Trata-se do organograma da maior Secretaria Municipal da Prefeitura de Formosa-GO.

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente.



Fonte: Prefeitura de Formosa-GO, 2018.

De acordo com a **Figura 1**, é possível observar a posição da Superintendência de Agricultura Familiar no organograma em questão. Nesse sentido, constata-se que a superintendente e os membros fizeram um quadro de funções, formação técnica e projetos que cada um tem, tendo como intuito o auxílio e o compartilhamento de seus conhecimentos para o desenvolvimento dos assentados que residem na zona rural. Esses dados podem ser observados no **Quadro 1**:

Quadro 1 – Quadro de funções da Superintendência de Agricultura Familiar.

Quadro de Funções				
Nome	Formação técnica	Atribuições	Prog. Desenvolvidos	Projetos
Kelly Cristina	Engenheira Agrônoma	Superintendente	Controle de todos os programas	-
Antônio de Castro	Engenheiro Agrônomo	ATER	Auxílio na produção de Orgânicos	PAIS
Adalto Nascimento	Tecnólogo em Agroecologia	ATER	Horta orgânica junto ao meio ambiente	PAA/PNAE
Matheus Pereira	Gestor de Agronegócios	ATER	Controle e prestação de contas dos tratores	Feira Orgânica
Maria Socorro	-	Assessora	Facilita a relação entre o assentado e Superintendência	INCRA
Jucelma Mirelle Borges	Pedagogia	Secretaria	Primeiro atendimento para quem nos procura	Administrativo

Fonte: Superintendência de Agricultura Familiar, 2018.

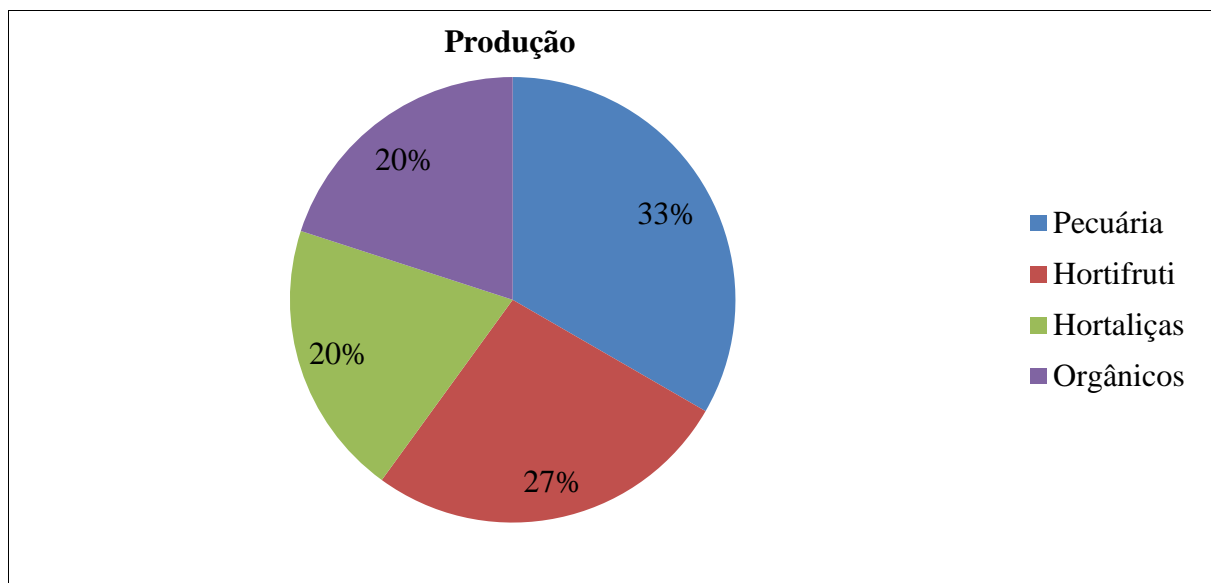
Conforme o **Quadro 1**, verifica-se que o quadro de funções da Superintendência de Agricultura Familiar está dividido em 5 elementos: nome dos profissionais; suas respectivas formações técnicas, atribuições como superintendente, programas e projetos em que atuam.

4.2 informações obtidas da entrevista

A entrevista abordou diversas temáticas. Em relação ao assentamento de origem do indivíduo, obtivemos, como resposta, demasiadas regiões com um foco maior no Projeto de Assentamento da bezerra, onde as pessoas têm melhor interação com a Superintendência de Agricultura Familiar e recebem um maior auxílio, pois têm condições de se locomoverem até a Superintendência.

O **Gráfico 1** demonstra os dados referentes à produção dos 15 assentados entrevistados:

Gráfico 1 – Dados referentes à produção dos assentados entrevistados.

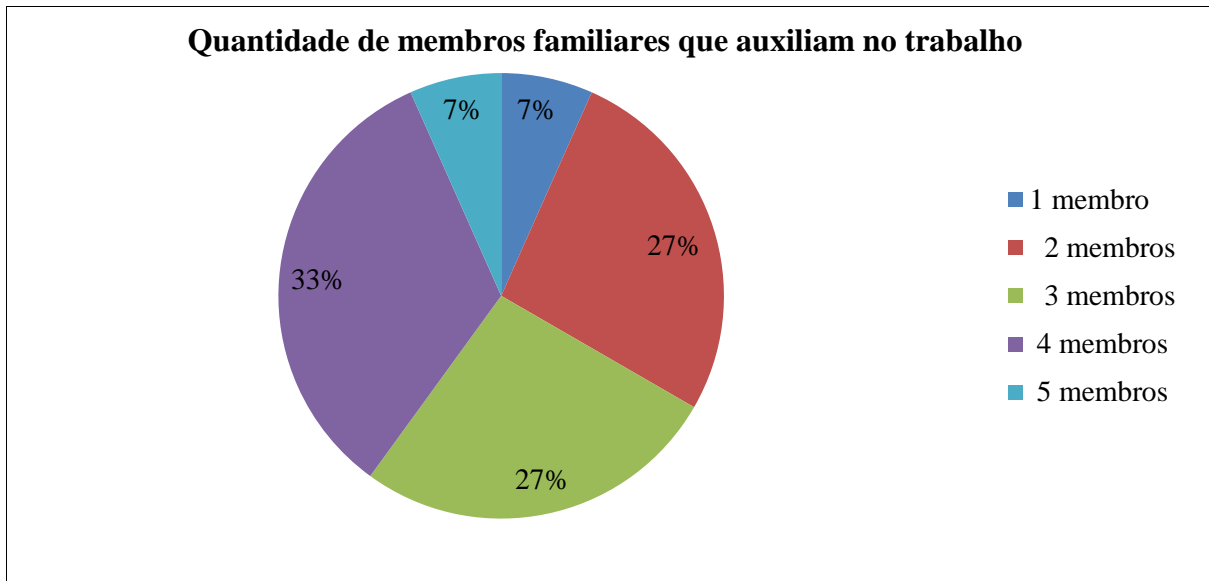


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com o **Gráfico 1**, no que concerne aos alimentos produzidos pelos 15 assentados, obtivemos as seguintes respostas como resultado: 5 entrevistados produzem na área de pecuária (**33%**); 4 entrevistados produzem hortifruti (**27%**); 3 entrevistados produzem hortaliças (**20%**) e 3 entrevistados produzem orgânicos (**20%**). De acordo com as respostas, nota-se uma grande dificuldade na compra de semente seja qualificada ou não.

O **Gráfico 2** indica os dados concernentes a quantidade de membros familiares que auxiliam no trabalho dos 15 assentados entrevistados:

Gráfico 2 – Quantidade de membros familiares que auxiliam no trabalho dos assentados entrevistados.

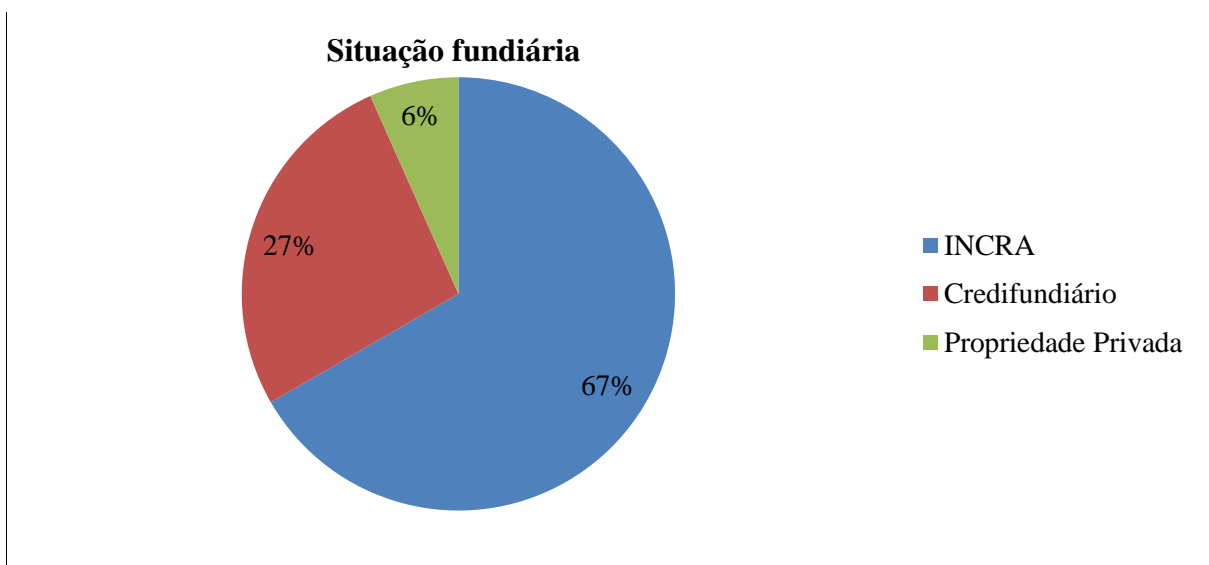


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Considerando o **Gráfico 2**, no que diz respeito à quantidade de membros familiares que auxiliam no trabalho dos 15 assentados, observa-se que há uma grande variação: 5 entrevistados responderam que 4 membros auxiliam (**33%**); 4 entrevistados responderam que 3 membros auxiliam no trabalho (**27%**); 4 entrevistados responderam que 2 membros auxiliam no trabalho (**27%**); 1 entrevistado respondeu que 5 membros auxiliam no trabalho (**7%**) e 1 entrevistado respondeu que 1 membro auxilia no trabalho (**7%**). Salienta-se que todos possuem a importante função de ajudar na produção e na limpeza do espaço.

O **Gráfico 3** apresenta a situação fundiária dos 15 assentados entrevistados:

Gráfico 3 – Situação fundiária dos 15 assentados entrevistados.

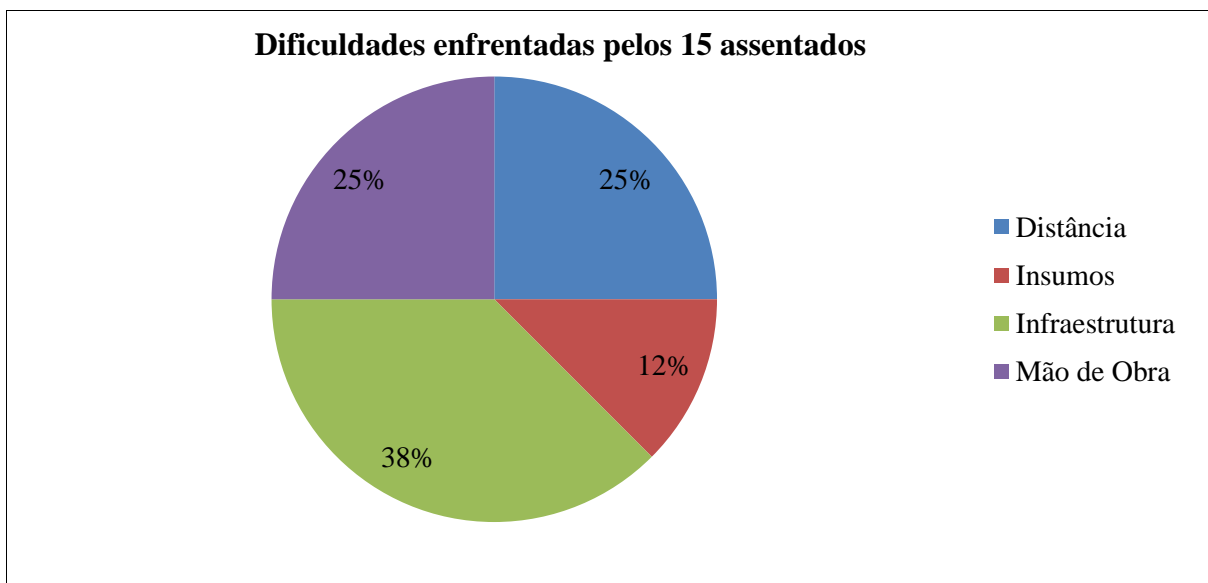


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Consoante o **Gráfico 3**, a situação fundiária dos 15 assentados, também, varia muito conforme as terras concedidas pelo INCRA ou pelo Credifundiário. As respostas obtidas foram as seguintes: 10 entrevistados reponderam pelo INCRA (**67%**); 4 entrevistados responderam pelo Credifundiário (**27%**) e 1 entrevistado respondeu pela propriedade privada (**7%**). Salienta-se, assim, a situação difícil enfrentada por conta da regularização das terras; da falta de documentação e da dificuldade de ir ao INCRA para resolver a situação pendente.

O **Gráfico 4** demonstra as dificuldades enfrentadas pelos 15 assentados dentro do assentamento:

Gráfico 4 – Dificuldades enfrentadas pelos 15 assentados entrevistados no contexto do assentamento.



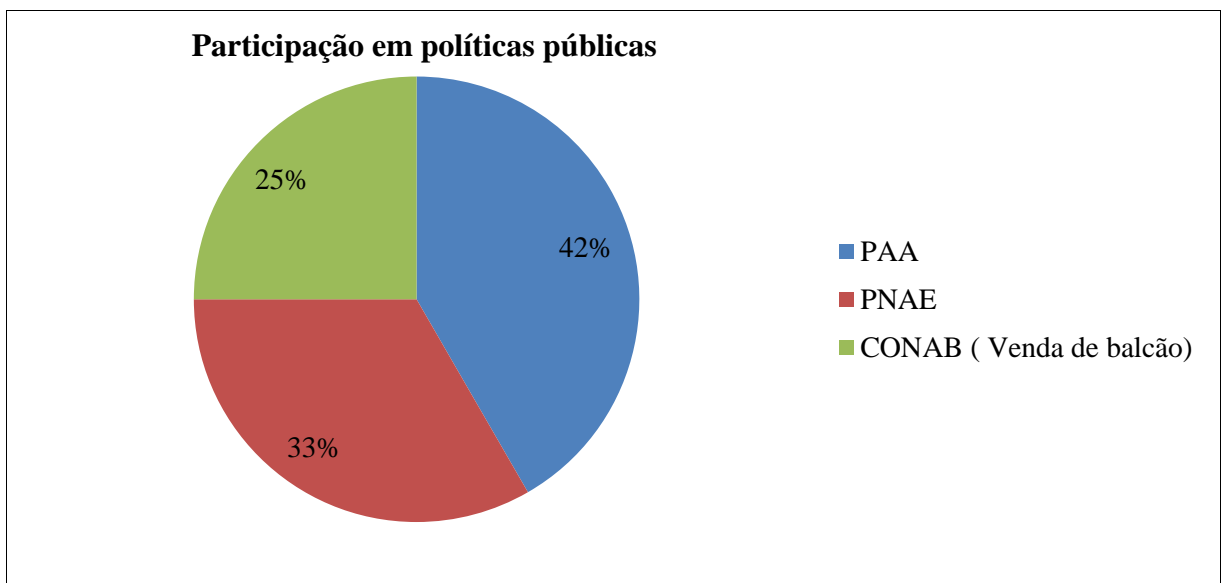
Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Segundo o **Gráfico 4**, no que diz respeito à maior dificuldade enfrentada dentro do assentamento, as respostas obtidas pelos 15 assentados foram: 6 entrevistados responderam a infraestrutura necessária (**38%**); 4 entrevistados responderam a distância (**25%**); 4 entrevistados responderam a mão de obra (**25%**) e 2 entrevistados responderam os insumos (**12%**). Nesse prisma, é mister destacar as dificuldades enfrentadas pelos assentados quanto às estradas, visto que elas impossibilitam o transporte seguro dos seus produtos, fazendo com que atrase as entregas e danifiquem as mercadorias, ou seja, o prejuízo é bastante elevado. Além disso, acrescenta-se o problema da mão de obra, pois há a dificuldade de encontrar pessoas capacitadas para trabalhar ou, até mesmo, para prestar um serviço que exige um trator de esteira ou de grade.

Considerando a flexibilidade da entrevista semiestruturada, na concepção do produtor, averiguamos qual a função da superintendência e no que eles podem ser auxiliados para obterem um melhor ganho na produção. As respostas concentraram nos aspectos referentes ao ensino de novas técnicas de manejo adequado e a elaboração de projetos individuais para as associações.

Por fim, o **Gráfico 5** indica a participação dos 15 assentados entrevistados em alguma política pública.

Gráfico 5 – Participação dos assentados entrevistados nas políticas públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com o **Gráfico 5**, no que concerne à participação em políticas públicas pelos assentados, observa-se que: 5 entrevistados participam do PAA (**42%**); 4 entrevistados participam do PNAE (**33%**) e 3 entrevistados participam da CONAB (**25%**). À título de esclarecimento, constata-se que a maior parte retratou que sim, apontando somente o PAA, mas outros apontaram o PNAE ou ambas as políticas. No entanto, considerando o tamanho da região retratada de produtores agrícolas e de grandes empresas, os números são ínfimos, com poucos produtores participando e muitos que não estão devidamente informados.

Percebe-se, assim, a relevância do trabalho constante da Superintendência, fazendo com que supra as demandas e as necessidades dos assentados, que enfrentam muitas dificuldades cotidianas e que precisam, ainda mais, do apoio e dos recursos destinados à agricultura familiar.

4.3 Análise da Superintendência de Agricultura Familiar

A agricultura familiar tem como objetivo o apoio e o assessoramento em programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Esse programa é um mecanismo que permite ao governo comprar produtos da agricultura familiar, auxiliando numa das etapas mais difíceis do processo produtivo, que é a comercialização dos produtos de maneira rápida, descomplicada e encaminhar esses alimentos a quem precisa como creches, escolas, órgãos municipais etc. O programa, também, tem o intuito de valorizar o produto regional, dinamizar a produção nas diversas regiões, resgatar a cidadania, preservar o meio ambiente e a cultura gastronômica local. O PAA é interministerial, coordenado pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Desenvolvimento Agrário (MDA), executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O Governo Federal repassa a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e, também, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Em âmbito nacional, estadual e municipal, destaca-se o Programa de Vendas em Balcão junto a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). O Programa de Vendas em Balcão tem como objetivo viabilizar o acesso de criadores rurais de pequeno porte de animais e micro agroindústrias aos estoques de produtos agrícolas sob a gestão da CONAB, por meio de vendas diretas, a preços compatíveis com os praticados em pregões públicos ou com os dos mercados atacadistas locais.

Com o Programa, o setor público tem assegurado suprimento regular de insumos a inúmeras propriedades rurais, contribuindo para o desenvolvimento de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Induz à geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, beneficiando, também, de forma significativa, o criador vinculado à agricultura familiar. Sob essa ótica, destacamos a presença importante tanto dos projetos novos quanto dos antigos. À título de exemplificação, pode-se mencionar a distribuição de tratores para as cooperativas, para que auxiliem na produção dessas associações, tendo apenas que arcarem com o custo de trabalho, combustível e o motorista. Logo, esse projeto facilita e ajuda muitas famílias, sendo que são 15 tratores em torno de

alguns dos assentamentos. Pode-se mencionar, também, o projeto do PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável). Trata-se de uma tecnologia social que está sendo reaplicada em diversas regiões do estado, com baixo custo e tendo, como premissa, o manejo orgânico da produção, fugindo da produção convencional e incentivando os agricultores a adotarem em sua propriedade uma policultura.

Além disso, destacamos a chamada horta em mandala. No centro desse sistema circular, há um espaço para a criação de pequenos animais, no caso, galinhas caipiras. O esterco produzido pelas aves é utilizado para adubar a horta, e os ovos para alimentação e/ou comercialização. Ao entorno do galinheiro, são preparados os canteiros. Assim, é analisada a prospecção do potencial produtivo de cada unidade produtiva selecionada para implantação do sistema PAIS. Esse sistema de produção deve ser implantado de acordo com as potencialidades identificadas em cada região.

Com as técnicas de manejo simples e sustentáveis, o PAIS estimula o agricultor a trabalhar o solo, de modo que ele tenha nesse pequeno espaço de terra altas produtividades. Dessa forma, são aplicadas oficinas com enfoque em tecnologias de produção, em fortalecimento da cooperação, em formação de redes associativas e organização de grupos familiares produtivos, em comportamento empreendedor, em planejamento, controles, além de serem realizadas ações voltadas para potencializar a comercialização dos produtos de forma a contribuir com o acesso dos produtores aos mercados.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Superintendência presta um papel de suma importância no âmbito de ATER na zona rural do município de Formosa-GO, fazendo com que os produtores produzam de forma mais consciente e sustentável, sabendo o seu potencial depois de uma avaliação feita pelo agrônomo junto ao pedido de análise do solo. Logo, é possível saber quando se deve iniciar a orientação ao pequeno produtor, direcionando para qual o produto que pode ser produzido e onde pode ser comercializado. No caso, em questão, o direcionamento é sempre para as políticas públicas, que traz certa segurança ao produtor a um preço viável. Para tanto, o agricultor familiar começa a ter mais autonomia, destacando a relevância da troca de informações entre o agricultor familiar e os funcionários da secretaria. Nesse sentido, é de grande valia ouvir o que o produtor tem para transmitir, pois é possível adquirir conhecimentos que só eles possuem, visto que esses conhecimentos são provenientes da crença familiar e de outras fontes que são passadas de geração a geração.

Cada um dos membros procura fazer o possível para ajudar e auxiliar o outro. Mas, reforça-se que cada um tem o seu próprio serviço e as suas responsabilidades a serem cumpridas, tendo como base a ajuda ao produtor para que fique satisfeito, mesmo com vários problemas enfrentados, tais como: a falta de transporte e a falta de recurso, juntamente com a impossibilidade dos assentados de estarem sempre se locomovendo até a secretaria. A busca por melhorias no setor público ocorre diariamente diante dos desafios da sociedade. Sabe-se que o país atravessa uma crise financeira que atinge, também, a área pública. No entanto, com as chamadas públicas feitas pela CONAB, podem-se melhorar diversos aspectos no âmbito nacional, gerando uma gama de oportunidades para o setor. A junção da superintendência com as Ater, principalmente a EMATER, seja ela do Distrito Federal ou do Goiás, fez com que as pessoas tivessem a estrutura necessária para buscar auxílio na realização de um bom serviço no âmbito da produção e da comercialização e, conseqüentemente, sobreviver da agricultura.

O trabalho e a moradia no campo são difíceis dado aos problemas enfrentados. Sendo assim, as pessoas que permanecem nessa ambiência devem ser devidamente valorizadas. Para tanto, torna-se imprescindível a criação de leis, chamadas públicas e todas as ações que possam ajudar a mudar, de forma positiva, a realidade dessas pessoas. A atenção deve ser direcionada a essas pessoas para que cresçam e façam a diferença na comunidade em que vivem, sobretudo com a ajuda da superintendência. Esse trabalho consiste na satisfação de ajudar o próximo, sempre buscando mais conhecimento e trazendo os cursos de capacitação

para os demais parceiros e, assim, fazendo com que a sociedade possa contar com os serviços prestados.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007_0.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.
- BRASIL. **Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KAGEYAMA, A.A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 105-122, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n1/06.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública**. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.
- MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SANTOS, R. B.; SIMEÃO, E. L. M. S.; NASCIMENTO, F. R. Competência em Informação aplicada aos discentes da Faculdade UnB Planaltina: desafios e integração das ações bibliotecária e docente. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 74-88, maio/ago., 2016. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3803>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1994.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado aos assentados

Nome:

Projeto de Assentamento da reforma Agrária:

Produção:

Quantidade de membros familiares:

Situação Fundiária:

Qual a maior dificuldade enfrentada no Assentamento?

No que a superintendência de agricultura familiar pode auxiliar?

Participa de alguma política pública?

() Sim () Não

Se sim Quais?
